

Manifestação do Fórum Nacional de Dirigentes dos Campi Fora de Sede e Multicampi das Instituições Federais de Ensino (FORCAMPI) sobre o Programa Future-se, do Ministério da Educação.

1. Apresentação

A expansão e a interiorização das instituições federais de ensino é representada por números expressivos: são 325 unidades universitárias fora de sede ou multicampi espalhadas por todo o Brasil, além de outras 643 unidades de Institutos Federais, também instaladas em todas as unidades da federação.

Nesse processo, algumas características, de modo majoritário, podem ser destacadas:

- a criação de novos campus ou universidades para o atendimento de vocações específicas de regiões ou microrregiões;
- instalação de campus em microrregiões com profundas assimetrias sociais e disponibilidade precária de serviços públicos de qualidade;
- compromisso institucional de longo prazo com o desenvolvimento econômico e social das regiões ou microrregiões;
- estímulo à democratização e inclusão de populações historicamente ausentes do processo de formação universitária.

Esses elementos apontam para desafios não vividos tradicionalmente pelo ensino superior público brasileiro, caracterizando-se, de modo inédito, como resposta não somente a uma ousada política educacional de expansão do acesso ao ensino superior público, mas, também, como política social de combate contínuo às desigualdades sociais e demais problemáticas regionais.

Os novos campi passam a assumir, como atores sociais em suas regiões, papel importante na construção contínua de políticas públicas locais, a partir das ações

articuladas do ensino, pesquisa e extensão em diálogo permanente com a realidade que os cercam.

Para responder a esse novo paradigma universitário, são continuamente desafiados a planejar uma oferta de cursos que compatibilize o diálogo com as vocações e questões regionais, com a necessidade de quadro docente e técnico qualificado e aderente a essa oferta, além de vislumbrar a imprescindível necessidade de fixar parte dos estudantes egressos na própria região.

A consistência na resposta a esses novos desafios dos campi das instituições federais, que idealmente consiste na consolidação de ciclo virtuoso de saltos econômicos e sociais em seus locais de abrangência, são intrínsecos: **a) às características e complexidades regionais e b) às garantias de investimentos públicos contínuos aos campi.**

a) Os novos campi estão situados sob condições ambientais, culturais, econômicas e políticas que traduzem a diversidade e os desafios de consolidação de seus objetivos institucionais. Importante ressaltar que a maior parte está instalada na região norte e nordeste do país, em parte situados a mais de 1000 km de distância da sede, sob condições precárias de serviços públicos e dinâmica econômica insipiente. Assim, presume-se que, diante da diversidade e complexidade das características apresentadas, esse novo tipo de atuação das instituições federais, em geral, demande construção de metodologias inéditas, diálogo permanente entre diferentes áreas de conhecimentos e atuação direta com entes públicos. A maturação dos projetos regionalizados exige, portanto, tempo histórico para que seus resultados efetivamente sejam observados. Geralmente, os horizontes de planejamento dos projetos pedagógicos destes campi são de vinte a trinta anos.

b) A presença dos campi regionalizados como instrumentos da ação e articulação pública em direção à construção de políticas locais específicas somente pode ser garantida pelo contínuo investimento do Estado. Nenhuma outra fonte primária de financiamento que não seja de natureza pública assume coerência com os objetivos assumidos pela política educacional e social, seja nas necessidades de custeio quanto nas necessidades de capital.

2. Apontamentos quanto ao Programa Future-se

A natureza, instalação, desafios e compromissos dos campi fora de sede e multicampi serão a seguir confrontados à proposta de financiamento privado e gestão de recursos externamente às instituições federais de ensino, como propõe o Programa Future-se, em especial aos pontos que seguem:

- Ao privilegiar aspectos do apoio da universidade ao empreendedorismo e inovação pelo viés do setor produtivo, o programa, aparentemente, suprime qualquer possibilidade de apoio ou financiamento às áreas das humanidades ou formação de professores. Ressalta-se que existem diversos campi pelo país que contam exclusivamente com cursos nas áreas de humanidades e formação de professores, cursos frequentemente demandados em muitas microrregiões. Estas ofertas de formação estão embasadas em amplos diagnósticos que revelam as carências de formação superior (licenciatura) e de formação continuada (cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação) para professores dos sistemas de ensino fundamental e médio.

- A imensa maioria dos campi instalados no país está em municípios ou regiões pobres, desprovidos de dinamismo econômico e serviços públicos de qualidade, o que projeta absoluta ausência de expectativa sobre investimentos de natureza privada em projetos educacionais que resultem em sustentabilidade de longo prazo para essas unidades educacionais.

- A formação superior nestas regiões tem um aspecto importante a ressaltar: diferentemente de um planejamento de oferta de ensino que atenda possíveis “demandas de mercado regionais” a elevação da escolaridade média, bem como a formação e fixação de profissionais e empreendedores em início de carreira, são considerados pontos de partida para a criação de ciclos virtuosos de empreendedorismo e desenvolvimento econômico e social. Em outras palavras, pretendem justamente estimular as demandas e potencialidades regionais.

- O compromisso institucional dos campi fora de sede e multicampi com o desenvolvimento regional/diminuição das desigualdades sociais, a partir da interação, articulação e construção de políticas públicas depende de investimentos públicos

contínuos para a garantia de retornos a longo prazo; tais processos demandam um tempo de amadurecimento e integração muito superior à duração dos mandatos públicos, exigem avaliação constante e investimentos contínuos para atingir seus objetivos.

- A médio prazo, já podemos verificar também os impactos da fixação das primeiras gerações de profissionais formados, com o aumento do registro de novas empresas e empreendimentos, bem como a oferta de serviços antes inexistentes no âmbito regional. Muitos egressos também procuram a formação continuada e a pós-graduação, bem como o desenvolvimento de projetos e parcerias com as Universidades e Institutos Federais, aumentando a integração entre a iniciativa privada e os processos de ensino, pesquisa e extensão.

- Outro aspecto a destacar é que as parcerias e financiamentos de projetos nestas regiões não têm sido buscados apenas na iniciativa privada. São várias as experiências de integração com outros setores públicos, como prefeituras, órgãos estaduais e federais principalmente nos setores de agricultura e meio ambiente, concessionárias do setor de saneamento, bem como com organizações não governamentais e associações comunitárias. Não percebemos o apoio a estas iniciativas no âmbito do programa governamental apresentado.

- Cabe destacar que uma parcela importante de campi em funcionamento, em especial resultantes das últimas pactuações, nos anos de 2014 e 2015, apresentam grave *déficit* dos investimentos mínimos esperados em recursos humanos e infraestrutura. Para o estabelecimento das condições de execução dos objetivos institucionais, é necessário que os investimentos acordados sejam urgentemente garantidos e executados, para que haja condição de pleno desenvolvimento das finalidades dos campi interiorizados.

3. Por uma política de ensino federal democrática, de qualidade e com financiamento público.

O FORCAMPI, considerando os elementos apresentados aqui, compreende que existem problemas no modelo atual de políticas públicas no que se refere à manutenção das IFES, especialmente no que tange a gestão dos Campi fora de sede. Entretanto manifesta preocupação às diferentes versões do Programa Future-se, do Ministério da

Educação, apresentadas até o momento. Este Fórum entende que tal programa, além das críticas já levantadas por universidades públicas brasileiras, ao atacar direitos constitucionais, em especial o direito à educação pública e gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, compromete, de forma mais aguda e direta, os recentes passos que a sociedade brasileira iniciou em direção a políticas de democratização e interiorização do ensino superior. E mais: compromete a viabilidade dessas instituições, cuja vocação tem sido difundir e experimentar modelos alternativos de desenvolvimento nos seus diferentes territórios, a partir de critérios que não cabem nos parâmetros do mercado e na visão privatista da educação, presentes no chamado Programa Future-se.

Porto Seguro, 14 de setembro de 2019.